

3. A Organização do Espaço Urbano de Muriaé, Minas Gerais

O objetivo do capítulo é estabelecer uma discussão sobre a formação espacial do município de Muriaé, e, para isso, parte-se do princípio teórico-metodológico apontado por Capel (2001) ao destacar que a análise da cidade pode ser feita por três dimensões: na primeira, o sentido material urbano, morfológico, como a paisagem urbana; a segunda estaria ligada à comunidade, aos grupos sociais e às instituições; e, finalmente, a dimensão política.

Partindo dessa vertente, recorre-se ao processo inicial de ocupação com o propósito de conhecer os aspectos condicionantes topográficos² e o crescimento original, associando a ação dos agentes sociais no espaço em um contexto de jogo político, que, por meio da implantação de infraestrutura, possibilitou o deslocamento do processo de urbanização.

No segundo momento, discute-se que a modificação dos agentes no decorrer da história da organização do município, que se contextualizaram a partir do momento político, trabalharam de forma a atender a manutenção do *status quo*, com um discurso específico de inclusão da região nos moldes do desenvolvimento.

Já no terceiro momento, reflete-se sobre as atividades econômicas desenvolvidas no município, que foram condicionantes ao processo de acumulação de capital, dando origem aos fixos e fluxos, o que favoreceu nova direção ao processo de urbanização. São pistas para o entendimento do processo de acumulação do capital e inserção da região no processo de aquisição de capital e na transição do capitalismo financeiro, oferecendo assim consistência teórica para se compreender em que contexto surgiram as políticas habitacionais.

² Entende-se como aspectos condicionantes topográficos os aspectos morfológicos ligados ao relevo, como, por exemplo, as serras, colinas, bem como a superfície predominante no município de montanha. Esses aspectos citados constituem o sítio do município que direcionou juntamente com os agentes sociais o processo de crescimento urbano da cidade, num primeiro momento próximo ao rio Muriaé, e, depois da década de 1960, além do rio, ocupando também as áreas montanhosas onde a maioria dos conjuntos habitacionais estudados encontra-se atualmente.

Além disso, questiona-se: com essas políticas o crescimento urbano continuou o mesmo? As ações dos agentes sociais continuaram condicionadas ao jogo político? As políticas habitacionais ainda que tardias continuam a reproduzir a especulação?

A compreensão da organização do espaço urbano do município deve ser feita por meio de uma associação entre o passado e o presente. De acordo com Corrêa (2010, p.148), “(...) o espaço urbano é reflexo tanto das ações que se realizaram no presente, como daquelas que realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais presentes”.

Para a compreensão de sua organização, recorre-se novamente a Corrêa (2010, p.145), ao enfatizar que “o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico de lutas”.

Nesse sentido, o espaço urbano é proveniente da dinâmica da acumulação do capital e da reprodução das relações sociais, refletindo a sociedade de classes e seus processos; além disso, é modelado pelos agentes sociais que, por meio das práticas espaciais, produzem e consomem o espaço urbano.

Percebe-se, portanto, que o espaço urbano é mutável, uma vez que a sociedade torna-se força produtiva, agente do processo de transformação do espaço, como apontam Netto e Diniz (2005, p.4) ao destacarem que:

determinado historicamente o processo de produção do espaço, terá sua produção determinada pela formação econômica daquele espaço, ou seja, o processo de produção da existência será diverso, há que se refletir do ponto de vista do sujeito, que é o agente do processo.

Assim, a formação econômica do espaço se dá pela atuação de uma multiplicidade de sujeitos, sendo o espaço o produto do movimento da sociedade, como apontam Netto e Diniz (2005, p.4): “o espaço é o resultado desse movimento, que se desfaz e renova continuamente, simultaneamente com a sociedade”.

Para o êxito do trabalho, busca-se realizar uma apresentação histórica da ocupação no município, abordando os agentes sociais, as atividades desenvolvidas

na região como o café, a criação de uma infraestrutura ferroviária e rodoviária, bem como a diversificação das atividades econômicas, que atuaram como elemento dinamizador do processo de construção do espaço geográfico, proporcionando a instalação de fixos e de fluxos.

Será delimitado um recorte cronológico para que as ações não se percam, mas, ao mesmo tempo, sem um engessamento temporal, podendo-se aproximar e distanciar do período analisado de acordo com a necessidade, para um melhor entendimento das estratégias. Devido à carência de trabalhos científicos relacionados à organização do espaço urbano de Muriaé, recorre-se a trabalhos acadêmicos que contemplam a Mata Mineira, em especial a Zona da Mata Leste; além disso, utiliza-se de obras de cunho mais geral que pincelam rapidamente a ocupação da região, como revistas locais, que são extremamente úteis para se traçar uma síntese do processo da organização do espaço urbano.

Além disso, o retrocesso histórico permitirá a compreensão da situação de Muriaé dentro do quadro da Zona da Mata Mineira, o que possibilitará a compreensão do movimento de êxodo rural no município, bem como a intensificação do fenômeno de urbanização a partir do esvaziamento do campo e dos incentivos ao desenvolvimento do espaço urbano. Diante desse quadro é que se tem a ampliação das políticas habitacionais no município entre as décadas de 1970 a 2011, sendo a compreensão de tais políticas um instrumental para uma análise crítica desses conjuntos no “novo urbano”³.

A inserção desses conjuntos no novo urbano representa um desafio, a implantação de um projeto de planejamento urbano. Os caminhos percorridos podem ser visualizados tanto na Lei Orgânica do Município, quanto no Plano Diretor organizado em 2006, o que pode favorecer uma sondagem da questão urbana a partir de 1970 até 1988, e da questão urbana pós 1988, permitindo responder aos seguintes questionamentos: as políticas até agora vieram realmente atender a demanda habitacional reprimida? O que foi feito até agora funcionou? O

³ Entende-se por novo urbano as transformações provenientes da implosão (centralização das decisões políticas, econômicas) e a explosão da cidade ao despertar em seu entorno as aglomerações secundárias, que refletem os problemas de deteriorização da vida urbana. Diante de tais fenômenos, pode-se afirmar que se presencia hoje a emergência de um novo urbano, devido à sua complexidade atual.

que está sendo feito agora? São políticas eficazes? Quais as repercussões dessas políticas no espaço do município?

Culminando com essa proposta, almeja-se analisar as representações do espaço e os espaços de representações, por meio da empregabilidade dos resultados do questionário aplicado aos moradores dos conjuntos habitacionais, uma vez que a análise de tais representações podem ser úteis na compreensão do espaço construído, vivido e percebido.

Para a validação dos argumentos, busca-se estabelecer diálogo com: Canêdo (1979, 1983); Paranhos (1977); Vermelho (1981, 1983); Rocha (2010); Plano Diretor (2006); Spósito (2008); Amorim e Bueno (2007); Netto e Diniz (2005); Broggio et al (1999); Lamounier (1972); Capel (2001); Corrêa (2010); Ab'Saber (2003); Lefévre (1976, 1981, 1991, 2001); Vilhena (2010); Valverde (1958); Santos (2009); Lima (2009); Estatuto das Cidades (2001); Constituição Federal (1988); Júnior, Merlim e Queiroga (2009); Rattner (2001); Harvey (1980); Ferreira (2011) e Schmädelsbach (2010).

3.1.

O Espaço Urbano de Muriaé: uma síntese histórica

A ocupação do espaço muriaeense deve ser vista como resultado de ações políticas e econômicas exercidas pelos agentes sociais e materializadas no espaço urbano, sendo que o relevo direcionou o processo de metamorfose do tecido urbano, possibilitando uma análise dos fatores que, no passado e no presente, influenciaram em sua organização.

Partindo-se dessa premissa, o estudo aqui proposto leva em consideração os aspectos morfológicos do relevo, não apenas como um receptáculo, mas como um local onde se dão as práticas sociais dos agentes sociais produtores do espaço urbano, suas ações políticas e a diversificação das atividades econômicas que contribuem na explicação do processo de formação econômica do município.

Muriaé é uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais, pertencente à região de planejamento chamada Mata Mineira. Geomorfologicamente integra os

domínios de mares de morro (AB'SABER 2003, p.16), apresentando a seguinte compartimentação topográfica de acordo com os dados do Plano Diretor (2006, p.59) “o relevo é constituído por serras dissecadas, alongadas e por extenso domínio de colinas de baixa altitude. O território municipal apresenta 20% de superfície plana, 30% ondulada e 50% montanhosa”.

Pode-se afirmar que Muriaé possui um sítio acidentado e parte do tecido urbano se localiza nas encostas dos morros que, somado aos aspectos econômicos e sociais define a sua forma urbana como destaca o plano diretor (2006, p.71): “a forma urbana da sede do município de Muriaé é produto de resoluções econômicas e sociais, condicionadas pelas características de relevo, ao longo dos dois séculos”.

A forma inicial remonta aos anos de 1819 quando são iniciadas as demarcações de terras indígenas e áreas para o aldeamento dos índios. Em 1841 já era Distrito do município de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco) e subordinado eclesiasticamente à Santa Rita do Glória (atual Miradouro). Em 16 de maio de 1855, pela lei nº 724, já agora com o nome de São Paulo do Muriahé, desmembra-se de São João Batista do Presídio. A Vila de São Paulo do Muriahé foi elevada à condição de cidade pela lei nº 1257, de 25 de novembro de 1865⁴.

Foi organizada seguindo o modelo urbano tradicional, com suas ruas próximas ao rio Muriaé, ou seja, foi a partir dele que a cidade se expandiu, como aponta Canêdo (1983, p.79) ao afirmar que “a cidade se expandia pelas encostas da margem esquerda do rio ao invés de, em quase todas de situação idêntica, lançar avenidas marginais tão decorativas”.

O povoamento do município, como a maioria das cidades desta região, esteve fortemente ligado ao rio no início de seu povoamento, mais tarde à ferrovia e, finalmente, à rodovia, como consta nos registros do Plano Diretor (2006, p.61) ao destacar que:

⁴ Pela lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, teve sua denominação reduzida para Muriahé. Em 1930, a reforma ortográfica suprimiu-lhe o h.

aspecto característico das formas urbanas deste município é a estruturação representada ora pela confluência de ribeirões, ora pela confluência das rodovias de dois ribeirões que formam o rio Muriaé, pela facilidade de se implantar ali uma povoação. No século XX a implantação da BR 116 que faz conexão entre os estados do Rio de Janeiro e da Bahia, e da BR 482, que faz conexão entre os estados do Rio de Janeiro e cidades do estado de Minas Gerais tornaram-se indutoras do desenvolvimento econômico e têm importância regional como polo de interconexão viária.

Seu povoamento aconteceu na segunda metade do século XIX, o que explica Rocha (2010, p.15), ao destacar que, no século XVIII, a Zona da Mata, como o próprio nome sugere, era coberta por densas matas, também denominadas Sertões Proibidos pelas autoridades da Colônia e da Capitania que a consideravam uma defesa natural contra o contrabando de ouro. Isto afastava a cobiça dos estrangeiros e facilitava um maior controle do transporte do ouro, mas não impediu que não houvesse descumprimento, como aponta Andrade (2011, p. 5)

Porém, a possível obediência à Coroa pode ser vista por um viés da desobediência e descumprimento às normas determinadas pelo governo. A expansão da fronteira funcionaria mais como uma saída ou uma válvula de escape da classe dominante às pressões demográficas, econômicas e sociais, ocasionadas pela lógica da escassez do ouro e do crescimento no centro minerador, o que lhe levaria a desenhar novos contornos geográficos no território mineiro. Seria, pois, uma forma de fixação de grupos que estavam ligados a outras atividades na área mineradora, que se viram na necessidade de migrar para outras regiões da Capitania Mineira, mesmo burlando as leis estabelecidas pela Coroa, na necessidade de buscarem novas alternativas de sobrevivência.

Desde sua fundação até o final da década de 1970, a cidade se expandiu de forma concentrada em torno dos três bairros, sem nenhuma preocupação mais apurada com o planejamento de suas ruas, becos e avenidas. De acordo com o Plano Diretor (2006, p.71) “esta configuração se mantém até os primórdios do século XX com pequenos núcleos ocorrendo na margem esquerda do rio”. Três marcos principais (Rosário – Armação e Barra) eram destaque como referência da vida urbana e o crescimento da cidade partia deles, como é enfatizado em Paranhos (1977, p.58) “na sede, a comprida rua que ia da Barra à Armação, da Armação ao Rosário, e do Rosário ao Porto, já não era única. Abriram-se outras que, de um lado, rumavam ao rio e que tentavam galgar as colinas, de outro. Sem planejamento”.

O passo seguinte ao povoamento da cidade deu-se com a implantação da ferrovia, como destaca o Plano Diretor (2006, p.71) “o processo de adensamento

ocorre devido à produção agrícola cafeeira o que traz a implantação da rede ferroviária do lado oposto do rio e pela implantação da estação ferroviária e pelas atividades de apoio: armazéns, hotéis e comércios”.

De acordo com Val (s.d), citado por Amorim e Bueno (2007, p.85), “em 1886, ocorre a inauguração da estação de ferro Leopoldina em Muriaé, e nesse mesmo ano e no ano seguinte as de Ponte Nova e Carangola respectivamente, permitindo um maior fluxo de gente e comércio nas partes centrais da Zona da Mata”, o que contribuiu para a definição da posição da cidade, porém o município carecia de outras obras de infraestrutura.

Essa carência justifica-se pela ausência de representatividade do município no que tange à participação estadual e federal, antes de 1910, como explica Canêdo (1979, p.73):

a cidade não dispunha de serviços de abastecimento de água, eletricidade, esgoto, de estradas ligando a cidade aos distritos e outras cidades. Havia sim uma estrada de ferro, da Leopoldina Railway, um ramal que ligava a cidade ao vizinho distrito de Patrocínio, única via de comunicação com o mundo. Suas ruas eram mal cuidadas, sem calçamento, desalinhadas, suas praças geralmente chamadas de “largos”- Largo da Matriz, Largo de São João, Largo do Rosário, sem nenhum trato, mais se assemelhando a terrenos baldios.

A cidade necessitava de colaboração da Administração Superior, ou seja, de prestígio político, de uma participação no governo estadual com o objetivo de auferir vantagens, como é destacado por Canêdo (1979, p.76) ao afirmar que

o que havia para ser realizado dependia de uma efetiva colaboração da Administração Superior, principalmente quanto à motivação destas para os negócios municipais, o que correspondia à aplicação de tecnologia externa, para solucionar os problemas que precisavam ser atacados de imediato, a fim de que Muriaé viesse a desfrutar de uma posição condizente com o valor de seus habitantes, em vez de ser apenas um polo eleitoral.

Falar de organização do espaço muriaeense é abordar, portanto e também, a atuação de vários políticos que contribuíram de forma enfática no processo de construção espacial. Para Lefévre (1991, p.47) “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”. Como já mencionados na introdução desse trabalho, os agentes sociais construtores do espaço urbano, atuaram de

forma diferenciada durante o processo de formação do espaço urbano muriaeense, como se pode constatar nos registros históricos do município.

Os proprietários fundiários, ou seja, os que extraem a renda fundiária pela venda e a especulação de imóveis, sempre tiveram um papel de destaque no município, como aponta Vermelho (1981, p.24), ao destacar que: é interessante notar que, naquela época em 1829, já existia o problema de especulação imobiliária em Muriaé, e Marlière⁵ rispidamente ordena a Constantino Pinto, o fundador da cidade, que tome providências contra essa especulação.

Quanto ao Estado, contribuiu com as parcerias para a construção de infraestrutura na cidade, ferrovia (século XIX), rodovia (1939), o que favoreceu o redirecionamento do processo de construção do espaço urbano muriaeense, além do estímulo ao desenvolvimento da indústria automotiva (1960) e de confecções (1980).

Já desde a fundação do município, observa-se a atuação dos grupos sociais excluídos e da elite agrária na instalação de infraestrutura na cidade. Vermelho (1983, p.13) destaca que:

verifica-se que o atraso da instalação do município de Muriaé por falta de meios para a construção de um edifício que lhe servisse de sede de governo, construção para a qual contribuiu menos a carência de recursos para o seu empreendimento do que a mão de obra inexistente no local para a execução do mesmo, só foi possível depois que o alferes, Manuel Fortunato Pinto, próspero comerciante à frente do abnegado grupo de companheiros e agricultores se dispôs a vir de longínquas cidades os mestres de obra e operários, a cuja responsabilidade foi entregue a construção do prédio da municipalidade. A execução dessa obra, que consumiu cerca de dois anos e meio e que, durante o longo tempo, foi considerada a mais importante da Vila de São Paulo do Muriaé, tornou-se uma oportunidade de que se prevaleceu indiretamente o município, pois muitos trabalhadores que nela tomaram parte sem nenhuma qualificação, ao término se transformaram em carpinteiros e alvanéis, incluindo-se entre estes pretos escravos e índios semicivilizados, a cuja aprendizagem pode a vila mais tarde recorrer para a melhoria e a reforma de suas antigas e precárias habitações feitas de barro e madeiras.

A atuação dos promotores imobiliários se deu a partir das ações políticas que estiveram voltadas às tentativas de urbanização do município. Tais ações

⁵ Guido Thomas Marlière, nomeado para suceder a José Ferreira da Silva na direção dos índios, foi um dos mentores da expedição juntamente com Gonçalves Gomes Barreto da qual nasceria a Povoação de São Paulo do Manoel Burgo, que daria origem a Muriaé.

podem ser divididas em dois momentos: antes de 1910, época em que faltava ao município uma representatividade política, quando se destaca a atuação de Constantino Pinto, lançador das bases da colonização, uma vez que por meio de suas ações visou o incremento da agricultura e do comércio, dando os primeiros passos no que diz respeito às práticas espaciais que contribuíram na formação do espaço urbano muriaeense.

O segundo momento, após 1910, é marcado por uma maior representatividade do município no cenário político, com destaque para a atuação do Dr. Silveira Brum, como aponta Canêdo (1979, p.80) “projetou e abriu ruas largas e retas, cruzando entre si. Incentivou a construção de residências e lojas comerciais particulares”. Um outro político que muito contribuiu para a organização do espaço urbano foi o Coronel Izalino, ao implantar diversas obras de infraestrutura na cidade. Sua atuação no município representava o poderio dos coronéis como representantes da vida econômica da região no cenário político do estado e do país, sendo tal afirmativa confirmada por Rocha (2010, p.15) “a política econômica nacional na virada do século pautava-se pela proteção dos interesses dos cafeicultores”.

No entanto, a expansão da cidade se deu, como aponta Paranhos (1977, p.58),

devido à atuação de seus homens mais proeminentes, colaborando com o Poder Municipal afinados com as obras de interesse público, em muito contribuíram para a expansão da cidade e dos distritos que integravam o município. As colinas foram devastadas, sanaram os charcos de várzeas, surgiram os edifícios da prefeitura, do grupo escolar, do fórum, casas assobradadas, palacetes e bangalôs, casas comerciais, novas ruas foram abertas e ganharam nomes de gente, instalaram na cidade a água encanada, esgoto, luz elétrica, telefone, escolas isoladas e, depois, grupos escolares, ginásios, escola normal, construíram um hospital de beneficência, uma casa de saúde e, depois outra, embelezaram as praças e as igrejas, deram calçamento às ruas, fizeram estradas ligando aos distritos, fazendas, povoados e aos municípios vizinhos. Tudo isso, a partir de 1910. Não foi obra de um só governo. Foram vários, cada um querendo ser mais eficiente que o outro.

Outros políticos, além dos mencionados, tiveram grande participação na implantação de obras de infraestrutura no município. Dentre eles, destaca-se: Olavo Tostes (1916-1917); Antônio J. Monteiro de Castro (1920); Afonso Augusto Canêdo (1931); Rodrigo Rogério de Castro (1936); Pio Soares Canêdo (1945-1946); Antônio José M. de Castro Júnior (1946-1948); Cândido José

Monteiro de Castro (1948-1950); Antônio Soares Canêdo (1955 a 1958), Dante Bruno (1959-1962) e Hélio Alves de Araújo (1963-1966)⁶, que precederam o momento da implantação das políticas habitacionais no município, mas que contribuíram para a organização do espaço urbano da cidade.

Entretanto, a partir da década de 1970, com a implantação das políticas habitacionais ocorreu uma nova reorganização das atuações dos agentes sociais. Entraram em cena as empresas de construção civil, com destaque para JP Engenharia, que vai ter uma participação específica na construção das casas da COAHB.

As políticas públicas habitacionais, a partir da construção das casas pelo BNH e COAHB, vão contribuir para a manutenção da atuação dos proprietários fundiários que foram agentes importantíssimos na construção do espaço urbano muriaeense e contribuíram para o aumento da especulação no entorno dos bairros beneficiados por tais políticas públicas. Dentre eles destacam-se João Paulo Goulart (engenheiro), BNH (Banco Concessão de Empréstimos), e as autoridades políticas, como: João Braz (parceria para a construção do Bairro Planalto), José Braz (Programa Minha Casa Minha Vida, parceria com a construção de Casas Populares) e Padre Thiago (construção das casas populares). Também participou nesse processo o Estado na criação de uma infraestrutura para o êxito no que diz respeito à implantação dos conjuntos, proporcionando uma reorganização do espaço urbano.

Quanto aos grupos sociais excluídos, populações de baixa renda, mantiveram sua participação na construção da cidade, ao atuarem como empregados da construção civil, em ascensão naquele momento, além de suas atuações políticas para serem beneficiados por essas políticas habitacionais, uma vez que eles faziam parte da demanda reprimida de moradias no município.

A atuação múltipla desses agentes sociais possibilitou a implantação de uma variada rede de infraestrutura, uma vez que se buscava adequar o município às

⁶ Menciona-se a participação desses políticos e a alternância de governo, que propiciaram a transformação do espaço urbano por meio da implantação de uma diversidade de infraestrutura. Ressalta-se também que há uma manutenção de duas famílias no poder político muriaeense, como se pode observar na descrição acima.

necessidades de criação, concentração e acumulação de capital como uma resposta ao momento histórico de transformações das cidades.

As parcerias entre esses agentes são perceptíveis, conflituosas e dotadas de tensão, uma vez que tais ações refletem o jogo político e, de certa forma, explicam a manutenção da especulação imobiliária. Ainda que o desenvolvimento da região fosse almejado, as estratégias dos agentes não perdiam de vista que a transformação da cidade poderia ser uma estratégia voltada para a aquisição de votos. Com isso, entendem-se as racionalidades dos projetos dos agentes sociais e sua pequena preocupação com o planejamento.

No que tange à dimensão política e à formação econômica do município, as últimas décadas do século XIX alcançaram o estado de Minas Gerais, e em particular o município, como grande produtor de café, condição que permaneceu até meados do século XX. De acordo com Netto e Diniz (2005, p.6), ali o café difundiu-se rapidamente, transformando-se na principal atividade da província e agente indutor do povoamento e do desenvolvimento de infraestrutura de transportes, além de meio reorganizador da economia de Minas Gerais.

Porém ressalta-se que o café não deve ser visto como mão única, uma vez que aqui na região, antes da efetivação do cultivo do café, outros gêneros agrícolas imperavam na região, como aponta Andrade (2011, p.86):

As matas, com características propícias para o cultivo do café, vislumbram as novas formas de riqueza e a construção da base econômica do novo polo comercial mineiro, grande atrativo para aventureiros em busca de explorações econômicas. Portanto, cabe salientar, antes da efetivação do cultivo do café, outros gêneros agrícolas imperavam no cotidiano dos *sertões do leste*, como: o milho, a cana, o arroz, e, como consequência, é observado um valor galopante das terras, como mercadoria de compra e venda, após sua ocupação definitiva.

No entanto, a monocultura do café foi a que promoveu o desenvolvimento do município. De acordo com Vilhena (2010, p.7), o ambiente da microrregião de Muriaé foi erguido e estruturado em torno da produção do café. Com a atividade cafeeira entre os séculos XIX e XX, houve aglomeração principalmente de mão-de-obra, infraestrutura e rede de serviços. Porém tal atividade era alvo de preocupações, uma vez que a economia se concentrava mais precisamente na

cultura do café e, por ser uma monocultura, ficava à mercê das oscilações do mercado.

A crise de 1929 veio mostrar essa vulnerabilidade, atingindo o município, provocando um processo de desaceleração econômica. Para Rocha (2010, p.26), “o processo econômico baseado na monocultura do café tornou a região da Mata Mineira extremamente sensível às oscilações de mercado”. O café, sustentáculo da economia muriaeense durante décadas, perdia o seu valor como produto de exportação, abalando a estrutura econômica do município.

O que se percebe é que, com a crise de 1929, o cultivo do café entra em um processo de declínio e isso é perceptível nos poucos documentos históricos encontrados⁷. Para a superação dessa crise, ocorreu o incentivo ao desenvolvimento da agropecuária, gado leiteiro e apuração do rebanho, porém o desenvolvimento da pecuária não foi suficiente para o desenvolvimento regional; por isso, incentivou-se a diversificação de atividades, o que confirmam Netto e Diniz (2005, p.10), ao destacarem que:

até um certo momento, ou mais precisamente 1930, a cafeicultura catalisava a Zona da Mata em torno de um ciclo econômico, mas posterior à crise cafeeira a agricultura secundária adquire contornos de principal meio econômico da região dotando-lhe então de fronteiras econômicas e diversificando sua produção, com o cultivo de arroz aproveitando as várzeas e as isolinhas próximas às estradas e ferrovias na região de Muriaé, Recreio e Leopoldina.

A crise perceptível no município é reflexo da estagnação relativa do processo de industrialização vivida pela Mata Mineira a partir de 1930, em virtude da reorganização da economia interna a partir da virada do século, um reordenamento do espaço econômico, com o desenvolvimento do Triângulo Mineiro a partir da construção de Brasília, a transferência de recursos da região para o Rio de Janeiro no século XX, o esgotamento do processo de industrialização da região, além do deslocamento do eixo econômico do Rio de Janeiro para São Paulo.

Também se deve ressaltar que o Estado de Minas Gerais deparou-se com sérios problemas advindos do Programa de Erradicação de Cafezais. Para Broggio

⁷ Há uma escassez de dados históricos sobre o período retratado.

et al (1999, p.77), o programa de Erradicação de cafezais, executado no período de 1962-1966 e de 1967-1973, foi realizado com recursos federais, tendo como objetivo diminuir a produção para aumentar os preços, eliminando os pés mais velhos e menos rentáveis. No entanto, foi o Estado de Minas Gerais que mais erradicou pés de café, um quarto do total, o que fez com que as políticas do preço do café influenciassem a decisão dos cafeicultores em investir em novos plantios e também em uma diversificação da estrutura espacial da oferta brasileira⁸.

A economia volta a crescer com a abertura da estrada Rio - Bahia em 1939. A monocultura do café cedeu espaço a outras atividades econômicas, com destaque a pecuária, e, com isso, tem início o processo de crescimento urbano de Muriaé que se dá durante a fase getulista, após a abertura da estrada. De acordo com o Plano Diretor (2006, p.72) “novas estruturações urbanas provocadas pela construção da rodovia federal, a BR 116 no início dos anos 40, vão proporcionar o aparecimento de novos núcleos e outras centralidades na margem norte do rio Muriaé”, o que proporcionou tanto o aparecimento de novas atividades de apoio à rodovia, novos postos de trabalho, bem como novas formações urbanas.

Coadunam com as concepções do Plano Diretor as colocações de Vilhena (2010, p.5) ao mencionar que: “um forte indício que também ajudou na urbanização de Muriaé foi sua localização privilegiada pelo fato de ser cortada por duas estradas federais, trazendo consigo um movimento maior no entorno da cidade”.

No entanto, as décadas de 1940 e 1950 vão ser marcadas pela utilização do transporte ferroviário, até que na década seguinte a ferrovia entra em crise, como aponta Vermelho (1981, p.138), em virtude das dificuldades financeiras que sobrevieram a partir de 1891, provenientes da sensível redução do café, produto básico da região, pela baixa no preço do café e, frente às vultosas responsabilidades, a empresa chegou perto da insolvência.

⁸ Não há registros históricos sobre a dimensão da Política de Erradicação dos Cafezais no município, por isso atem-se apenas a informações do Estado de Minas Gerais.

Diante dessa crise, Amorim e Bueno (2007, p.85) destacam que na década de 1960 a ferrovia é substituída pela rodovia, sendo o papel primordial de integração assumido pela rodovia federal BR 116.

Durante o período de 1930-1960, a incapacidade de alterar o quadro de dificuldades estruturais existentes aliadas ao processo de urbanização fez com que o êxodo rural aumentasse. De acordo com Valverde (1958, p.22), o progresso de várias cidades se fez graças ao afluxo de mão-de-obra que refluía dos campos, à medida que aí as condições econômicas se iam deteriorando. Nesse processo, consolidam-se as grandes diferenças internas em relação à geração de renda e à estrutura urbana.

A intensificação do êxodo rural a partir de 1964 favoreceu uma saída maciça da população da Zona Rural para a Zona Urbana, sendo esse fluxo populacional cada vez mais crescente, como aponta Lamounier (1972, p.75) ao destacar que:

são cada vez mais crescentes os contingentes populacionais evadidos do mundo rural em direção às cidades, cuja atenção e fascínio sobre o homem do campo se explicam em termos de expectativas quer de emprego, quer de acessos aos benefícios elementares da vida citadina (alfabetização, assistência médica, água, luz, habitação etc.)

Ressalta-se que todo esse quadro de estagnação, associado ao crescimento populacional e ao processo de urbanização, contribuíram para a intensificação do êxodo rural. O quadro de transformação do espaço rural proveniente da inserção tecnológica, os benefícios da vida citadina e o crescimento das atividades da mecânica automotiva na década de 1960, que ofereceram melhores possibilidades de emprego e condições de vida, contribuíram para o esvaziamento contínuo do espaço rural muriaeense. É importante ressaltar que esse contexto retratado era à ocasião do chamado milagre brasileiro.

Porém, os setores industriais e de serviços urbanos não foram capazes de absorver a mão-de-obra que se deslocava do mundo rural em busca dos benefícios da vida citadina, uma vez que foram criadas novas exigências, como a qualificação para a inserção dessas populações nos setores industriais e de serviços, como enfatizam Netto e Diniz (2005, p.20) ao afirmarem que:

por sua vez, os setores industrial e de serviços urbanos não foram capazes de absorver a mão-de-obra proveniente do campo, gerando um quadro de exclusão social cada vez mais intenso. Tal situação ocorre, muitas vezes, pela exigência de uma qualificação que a população oriunda do campo não possui, pelas circunstâncias que lhes são impostas, uma vez que os mecanismos de políticas públicas sempre estiveram mais voltados para os setores econômicos do que para os setores sociais.

Com esse fluxo contínuo de pessoas provenientes do campo e o crescimento da população citadina é que se tem a inserção das políticas públicas habitacionais no espaço muriaeense, a partir da década de 1970, década em que se tem a intensificação das crises sociais, aumento do desemprego, do déficit de moradia e dos problemas urbanos, consequência do êxodo rural e da conjuntura político-econômica que o país vivia naquele período histórico.

Tanto na década de 1970 quanto na década de 1980 no município, foram marcantes, as políticas habitacionais, uma vez que a cidade passou a crescer rumo à periferia, promovendo a segregação e a construção de um novo plano urbanístico. A expansão urbana, via abertura de loteamentos periféricos, se dá sem existir uma legislação específica para o controle da abertura de novos loteamentos, o que contribuiu para que a expansão ocorresse com pouco critério.

As políticas habitacionais chegaram de forma tardia e são reflexo do jogo político, contribuindo para a intensificação do êxodo rural, favorecendo a instalação de fixos e fluxos no município, isso é perceptível nas colocações de Lamounier (1972, p.77): “as melhorias na qualidade de vida no ambiente citadino, introduzidas com pesadas inversões de infraestrutura, ajudam a construir a miragem da cidade e passam a funcionar como reforço de atração pré-existente”, o que favorece a criação de um excedente populacional que não é absorvido pelas atividades urbanas.

Tem-se, pois, o urbano como um fenômeno recente, surgindo como resultado da implosão (centralização das decisões políticas, econômicas, etc.) e a explosão da cidade ao despertar em seu entorno aglomerações secundárias, conforme afirma Lefévre (1976, p.159): “o urbano nasce com a expansão da cidade, com os problemas e deteriorização da vida urbana”, perceptíveis nos conjuntos habitacionais implantados em Muriaé. Subentende-se aqui que tais processos contribuem na emergência de um novo urbano que se configura por

meio das relações sociais, dotadas de intencionalidades, que se materializam na cidade via produção dos agentes sociais.

Dentro deste quadro do novo urbano, projetam-se as políticas públicas habitacionais, reflexo do poderio local, que, por meio das ações de cooptação e coerção se imporá por uma variabilidade de agentes sociais.

A expansão urbana, via abertura de loteamentos periféricos, se dá sem existir uma legislação específica para o controle da abertura de novos loteamentos, o que contribuiu para que a expansão ocorresse com pouco critério e favorece a compreensão das metamorfoses do espaço urbano, como aponta Paranhos (1977, p.59)

setenta anos depois da virada do século XX, São Paulo do Muriaé já possui cerca de 50.000 habitantes, ostenta uma cultura escolar de primeiro e segundo grau, comércio, clube de serviços, clubes esportivos, ruas calçadas de paralelepípedos, indústrias especializadas, mecânica, autopeças, comércio, estradas pavimentadas ligando a cidade aos seus distritos e outras cidades. Perdeu, é verdade, vários distritos, mas, no lugar deles, ganhou outros municípios como seus bons vizinhos. Perdeu a saudosa Estrada de Ferro Leopoldina, mas ganhou as rodovias Rio – Bahia e Muriaé – Campos. Perdeu o verde de suas colinas, mas ganhou vários bairros altos, onde se vêem não favelas, mas bonitas construções habitacionais para os operários e para os povos mais abastados. A Barra tornou-se o bairro mais populoso da cidade, com ruas em quase todas as direções de sua outrora única via de trânsito. A Armação virou avenida, o centro ganhou bancos de crédito, cinemas, hotéis, estação rodoviária, anúncios de gás Neon e Festival da Canção Popular. O Rosário ficou sem o bucolismo de sua histórica cachoeira, mas evitou que a população padecesse as calamidades das enchentes periódicas. O Porto humanizou-se, ganhou escolas, rádio, calçamento, um matadouro municipal novo para o abastecimento de carne à população.

As metamorfoses do espaço urbano muriaeense continuaram e deram origem ao tecido urbano atual como pode ser constatado nas imagens abaixo:

Figura 11 -- Imagem parcial do Porto



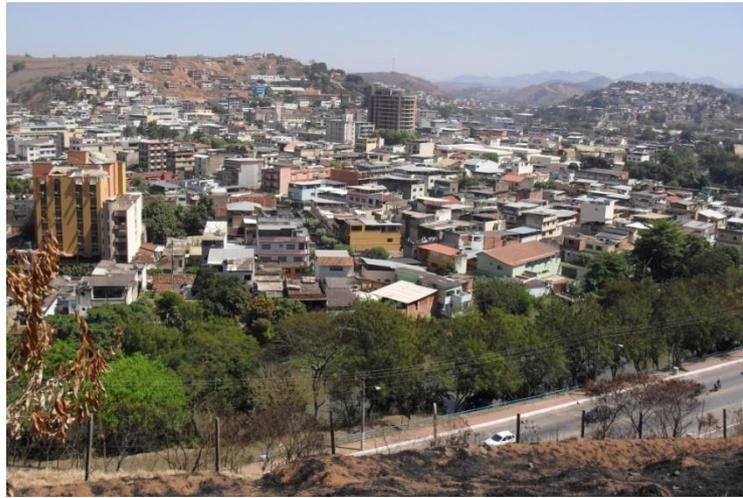
Fonte: Cirino, D.S. Pesquisa de Campo, 2011

Figura 12 – Armação – Centro



Fonte: Cirino, D.S. Pesquisa de Campo, 2011

Figura 13 - Barra



Fonte: Cirino, D.S. Pesquisa de Campo, 2011.

O que se percebe é que o crescimento urbano seguiu novas direções a partir de 1970, de início no entorno do Porto, Barra e do Centro e, mais tarde, nas áreas ainda mais periférica, fruto do contínuo esvaziamento do espaço rural, crescimento da população, e a transição econômica da indústria mecânica (1960) para indústria de confecções (1980), que abriu novos postos de trabalho. Porém, as ações dos agentes sociais permaneceram ainda condicionadas ao jogo político, uma vez que os respectivos agentes levavam a bandeira de manutenção do *status quo* e, com isso, ratificaram a especulação por meio de seus projetos como (mencionados no capítulo I). É a partir deste contexto que se torna emergente a discussão do planejamento urbano.

3.2.

A Institucionalização do Plano Diretor Participativo em Muriaé, Minas Gerais

O processo de institucionalização do planejamento urbano aconteceu na cidade apenas em 2006, com a criação do plano diretor elaborado pela Escola de Arquitetura da UFMG, em parceria com a Prefeitura Municipal de Muriaé e a população muriaeense, sendo uma resposta às cobranças federais no que tange à necessidade de realização do planejamento das cidades.

Pela primeira vez discutiu-se o planejamento no município, um momento decisivo para os moradores da cidade, que participaram na elaboração do plano urbanístico muriaeense. Desde a constituição de 1988, evidencia-se um capítulo voltado à política urbana nos artigos 182 e 183, porém, mesmo com sua elaboração, nota-se uma manutenção das desigualdades no que diz respeito ao acesso do solo urbano.

Antes da criação do Plano Diretor, o que regulava a questão urbana na cidade era a Lei Orgânica do Município, Lei nº 1468/90, porém o crescimento desordenado e a especulação permaneciam como uma constante. A institucionalização tardia do plano diretor contribuiu para a proliferação de loteamentos periféricos na cidade, que se ampliou a partir de 1970 e se tornou crescente até os dias atuais, mostrando o quanto a temática política urbana foi relegada a segundo plano.

Atualmente, o município de Muriaé é responsável pela política urbana nos marcos do federalismo brasileiro, sendo considerado pela Constituição Federal de 1988 como um ente autônomo, responsável pela execução das políticas sociais. A constituição definiu que cabe aos governos municipais a implementação de políticas de interesse local mediante o cumprimento do seu plano diretor, confirmado por Santos (2009, p.2) quando afirma que “o processo de redemocratização das estruturas de poder após o fim do regime militar (1964-1985) culminou com uma nova Constituição Federal (1988) que levou ao fortalecimento institucional do município”.

No entanto, o caso de Muriaé é emblemático, uma vez que a criação do plano diretor só aconteceu no prazo máximo da lei estabelecida no Estatuto da Cidade, ou seja, cinco anos após a promulgação da Lei 10.257/01. O atraso em sua aprovação pode ser observado nas menções de Lima (2009, p.5), ao destacar que:

em âmbito nacional, o processo de institucionalização do planejamento urbano já vinha ocorrendo desde os anos de 1950, pelas ações do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pela criação de uma série de instituições de planejamento dentro e fora das administrações municipais.

De forma tardia, o Plano Diretor foi aprovado e entrou em vigor em 2006 após consulta à população. Obedecendo aos preceitos do Estatuto das Cidades, tinha como objetivo:

identificar os diversos agentes econômicos e culturais, bem como os instrumentos através dos quais seriam estimulados ou coibidos em suas ações para que ações dispersas e descentralizadas conduzam a um resultado comum, considerado desejável para o conjunto da população. (Muriaé, Plano Diretor do Município 2006, p.5)

Nesse sentido, a elaboração do plano constitui uma oportunidade de expressão dos múltiplos interesses da população, um momento propício de debate, de reflexão sobre o planejamento da cidade, como aponta o Plano Diretor (2006, p.5):

planejar uma cidade é fundamentalmente criar condições para orientar as ações presentes e futuras da maior parte dos que atuam sobre o espaço urbano (...) O planejamento urbano, como qualquer outro planejamento, pode ser entendido como um conjunto de ações desencadeadas visando estabelecer relações de causa e efeito, tendo em vista um resultado específico desejado. Desse modo, o planejamento urbano, mediante seus planos urbanísticos, traz, de forma explícita ou não, um modelo em que se privilegia aquilo que é passível de ser ordenado.

A imposição pela implantação do plano diretor acontece de forma atrasada quando comparada ao cenário nacional, uma réplica do descaso com as questões da cidade. A mesma situação evidencia-se em vários municípios do país no que tange à abordagem da temática política urbana.

3.3. Os Desafios das Políticas Urbanas

Atualmente são inúmeros os desafios das políticas urbanas e, especificadamente, apontam-se três neste trabalho: o primeiro desafio seria repensar o papel do município como agente da política urbana, uma vez que a Constituição Federal deixa bem claras as competências entre os três entes federativos e em exclusivo o papel do município como agente local da política urbana.

As contribuições de Santos (2009, p.13) são eficazes para o entendimento desse papel ao mencionar que:

O princípio geral que delinea a repartição de competências entre as entidades componentes do Estado Federal é da “predominância do interesse”, que se manifesta nas afirmações de que cabe à União as matérias de “interesse geral”, aos estados as matérias de “predominante interesse regional” e aos municípios aqueles “assuntos de interesse local”.

Um dos marcos da descentralização das políticas habitacionais é a Constituição Federal de 1988, que favoreceu, conforme aponta Santos (2009, p.14), uma municipalização das políticas sociais.

No entanto, o ideal para tomada de iniciativas acabou gerando um problema: uma vez que a base econômico dos pequenos municípios é a agropecuária, os mesmos seriam incapazes de autosustentarem e de fortalecer seu papel na Federação, como no caso do município em estudo.

Além da inexistência de recursos econômicos, há uma falta de capacidade técnica e um não envolvimento de uma equipe multidisciplinar na discussão desta problemática do papel do município como agente local da política urbana. Prova disso é a falta de integração entre órgãos do poder público municipal, como o Conselho Municipal de Habitação e a Secretaria Municipal de Habitação, e a ausência de catalogação dos dados sobre a realidade urbana do município.

A situação do município é bastante séria, uma vez que, de acordo com o Plano Diretor (2006, p.80),

não existe uma política habitacional definida no município, apesar de acontecerem ações isoladas no atendimento para a população de baixa renda. Também não foram registradas parcerias com a iniciativa privada para a provisão de moradias para essa camada da população. Embora existam evidências no atendimento para a provisão de unidades residenciais de baixa renda no município, não há indícios de continuidade de programas estaduais e federais de financiamento. Também não há no município registro de número de famílias atendidas por programas dessa natureza. Dos programas elaborados pela Companhia de Habitação (COAHB) e pela prefeitura resultaram os conjuntos São Cristóvão e Planalto, sendo que ambos se encontram atualmente integrados à malha da cidade. O bairro São Francisco, inicialmente conjunto habitacional construído pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), também se incorporou naturalmente à configuração física da cidade.

Percebe-se que as tentativas de implantação das políticas públicas habitacionais no município não tiveram uma continuidade, apesar de essas tentativas alcançarem o seu clímax nas décadas de 1970 e 1980, e de ações isoladas entre a prefeitura, iniciativa privada e a igreja na década de 1990 para a

autoconstrução de casas, que viabilizaram residências para uma população de baixa renda no município, mas ao mesmo tempo contribuíram para a expansão desordenada do espaço urbano e da especulação, devido à falta de planejamento e de uma específica política habitacional para o município.

Porém existe uma potencialidade no que tange à implantação de um planejamento urbano no município. Prova disso é a concretização do Plano Diretor, a criação do Conselho Municipal de Habitação em 2000, com o objetivo de financiar e garantir a implantação de projetos para moradias destinadas à baixa renda, bem como a Secretaria Municipal de Habitação, criada em 2005, dispondo de membros da prefeitura e de assessoramento para programas habitacionais. Com uma atuação mais integrada, facilitar-se-á a formulação de Programas Habitacionais no município.

O segundo desafio seria a compreensão crítica da dimensão de regulação e de fomento das políticas urbanas. Nesse contexto, Santos (2009, p.13) destaca que: “a política urbana tem uma dimensão de regulação de espaço, mas também inclui uma dimensão de fomento, de estímulo à expansão urbana”.

A dimensão regulatória inclui as leis urbanísticas, com a aplicação do plano diretor regulando os novos instrumentos jurídicos no Estatuto das Cidades, a saber: legislação ambiental, política de regularização fundiária e instrumentos de gestão democrática da cidade, além da possibilidade de gestão do IPTU.

Quanto aos instrumentos jurídicos previstos na Constituição de 1988 e no Estatuto das Cidades, não foram regulamentados em leis municipais, não havendo também uma revisão da legislação urbanística, porém há a implantação das secretarias especializadas, urbana e ambiental, além da gestão do IPTU. O município carece ainda de um plano de regularização fundiária, e de uma maior integração dos conselhos municipais.

A dimensão de regularização inclui a criação de estratégias que visem à regularização fundiária, o que inclui o controle de assentamentos urbanos em áreas inadequadas, desocupações de áreas de riscos tanto no espaço urbano quanto no espaço rural, como destaca o Plano Diretor (2006, p.78):

a questão mais séria no âmbito da habitação em Muriaé diz respeito à ocupação de áreas de riscos. Este fenômeno é consequência da implantação da cidade em um relevo acidentado, entrecortado por rios e fundos de vales e da falta de planejamento que oriente o crescimento ordenado do núcleo urbano.

A empregabilidade da dimensão de regularização fica comprometida no município, como aponta o Plano Diretor (2006, p.80) ao destacar que: segundo técnicos da prefeitura municipal, “não há um sistema de mapeamento das ocupações irregulares tanto da zona urbana quanto da zona rural, o que dificulta a implementação de ações de regularização”.

O que se percebe é que se torna necessária a implantação de um programa de regularização fundiária que atenda toda a cidade, inclusive os distritos, e que o poder público deve participar ativamente nesse processo auxiliando a população carente como aponta o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) no art. 12, parágrafo 12, ao destacar que:

cabe ao município a assistência jurídica integral e gratuita àqueles que comprovarem insuficiência de recursos. Uma comissão técnica e jurídica deverá orientar os grupos sociais carentes em ações judiciais e perante o cartório, garantindo a essa faixa da população o direito à regularização fundiária e à propriedade.

No entanto, tanto a dimensão de regulação e da aplicação dos novos instrumentos jurídicos no Estatuto das Cidades, bem como a de fomento, ou seja, de expansão das políticas urbanas, ficam comprometidas, uma vez que, conforme já foi enfatizado, faltam recursos econômicos e técnicos, o que inviabiliza o exposto no artigo 23 da Constituição Federal (IX. p. 33) que recomenda “promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”.

As políticas de fomento se tornam necessárias uma vez que o município apresenta apenas 35.456 imóveis urbanos (Marge 2005, p.24), observando-se, portanto, um déficit habitacional. Para o Plano Diretor (2006, p.79), deve-se compreender o déficit como uma necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação.

A explicação do déficit habitacional no município pode ser entendida a partir do crescimento urbano, fruto da polarização do comércio e serviços que a

cidade exerce sobre as cidades adjacentes, o que favorece um maior crescimento populacional à cidade. De acordo com o Plano Diretor (2006, p.79), segundo dados da Fundação João Pinheiro avaliados em 2006

o déficit habitacional no município é de ordem de 1451 unidades, na zona urbana, perfazendo 6,12% de domicílios neste setor da cidade. Na zona rural, a demanda por novas moradias, segundo a FJP, pouco significativa, é de ordem de 93 unidades, correspondendo a 4,22% do total de domicílios dessa região.

Visando romper tal déficit, o município sedia dois projetos “Minha Casa Minha Vida”, em parceria com a prefeitura, sendo que os financiamentos são realizados pela Caixa Econômica Federal, que financia os imóveis após a extinção do Banco Nacional de Habitação. Porém as estratégias permanecem as mesmas, uma vez que é possível verificar que a câmara federal dos deputados busca facilitar ações do capital imobiliário, como afirmam Junior, Merlin e Queiroga (2009, p.12) ao destacar que

tal processo se tornou mais evidente com o lançamento do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – pelo Executivo Federal, em 28 de janeiro de 2007 englobando políticas de crescimento que priorizem cinco blocos dentre os quais habitação, saneamento, transportes de massa, privilegiando, especialmente, a infraestrutura, as rodovias, os portos, objetivando incrementos e os investimentos privados.

Apesar de estar preocupado com a população detentora de uma renda de até três salários mínimos, e de dar oportunidade de acesso à moradia a um grupo específico, observa-se a manutenção da especulação imobiliária, que se processa entre os espaços vazios no entorno dessas obras. O Plano Diretor (2006, p.80) alerta a respeito quando enfatiza a questão de que existem espaços livres na sede do município para este tipo de implantação, porém menciona também a necessidade de controle da expansão da cidade e que essa ação deve ser controlada, tendo em vista o atendimento a melhores condições na ordenação do espaço da cidade.

No entanto, tanto a falta de eficácia das políticas de regularização fundiária, quanto as de fomento prejudicam o município. Há falta de mapeamento das áreas de riscos, falta de pessoal e de interação entre os órgãos públicos responsáveis pela organização dos dados sobre a realidade urbana do município. Porém, o Plano Diretor reconhece essas falhas, aponta a problemática e apresenta os novos

instrumentos jurídicos do Estatuto das Cidades que pode conduzir a uma reflexão crítica sobre a emergência no emprego desses instrumentos, bem como uma mobilização no que diz respeito à representatividade do município para o recebimento de recursos financeiros que fomentem tais políticas.

O terceiro desafio torna-se compreensível ao se estabelecer uma análise crítica do capítulo sobre as políticas urbanas expressas na Constituição Federal em seu artigo 182, p.124:

a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes.

Busca-se, assim, um desenvolvimento sustentável das cidades, como aponta Rattner (2001, p.16-17):

o “plano diretor” torna-se essencialmente um conjunto de regras que se articulam e estruturam a participação de todos os atores sociais mobilizados e motivados para a tarefa de reabilitação de suas cidades, para o benefício de todos os seus habitantes.

Coadunam com a mesma concepção de Rattner as colocações de Junior, Merlin e Queiroga (2009, p.15), ao afirmarem que “a lei também pede a constituição de um sistema de acompanhamento e controle buscando a transparência e a participação de todos na definição do futuro da cidade”.

A concretização desse projeto expresso na Constituição Federal se depara com obstáculos como: a não aplicação na íntegra da nova legislação, ineficiência na fiscalização como consequência da falta de recursos financeiros e de uma equipe técnica treinada o que favorece a atuação indiscriminada dos agentes sociais produtores do espaço urbano. Para Lima (2009, p.17), “a cidade descontínua e segregada de hoje não é fruto de um acaso, mas de uma série de ações legitimadas pelo poder público local e aceitas pela sociedade”.

O desenvolvimento sustentável da cidade só será realmente implantado ao se rever o papel do município como agente da política local, do emprego da dimensão regulatória e de fomento das políticas urbanas, bem como da participação das massas populares, em exclusivo das áreas segregadas na discussão das crises pelas quais as cidades passam atualmente.

Porém, uma coisa é certa, como discorre Rattner (2001, p.9): “no limiar do século XXI, quase todas as sociedades enfrentam a desanimadora perspectiva de uma infundável crise urbana, consequência de um modelo obsoleto e irracional da ocupação do espaço”.

O caso analisado prefigura a emergência tanto da regulação quanto do fomento no que tange à expansão urbana; além disso, demonstra a vulnerabilidade econômica do município o que o impede de uma atuação eficaz. Em contrapartida, a proliferação de loteamentos e o crescimento periférico é uma constante, sendo fruto das especulações imobiliárias, além de se tornar emergente ante ao déficit habitacional da cidade.

Diante disso, as políticas implantadas no município nas décadas de 1970, 1980, 1990 e as implantadas atualmente têm-se mostrado ineficazes no sentido de trazer à população o direito pleno à cidade. O que se viu até agora foi a segregação, o aumento da especulação e políticas que tinham como objetivo manter o status dos agentes que conceberam aquele espaço. Talvez o número de moradias, ou até mesmo as estratégias, podem estar camuflando as racionalidades dos agentes sociais produtores do espaço urbano.

As repercussões dessas políticas no espaço do município podem ser perceptíveis na concentração da pobreza, escassez de capital social, de infraestrutura nas áreas em que elas foram implantadas, com algumas exceções, é claro, uma vez que o público alvo das políticas urbanas foi flexível no decorrer do processo de organização do espaço urbano do município.

Visando romper com as estratégias das políticas que outrora se concretizaram no município, deve-se pensar em um processo de reabilitação das cidades que busquem executar uma análise crítica da atual crise urbana, pensar o papel local dos municípios, e, acima de tudo, buscar subsídios que incentivem o diálogo e a participação de todos na aplicação do Plano Diretor.

Tais iniciativas podem romper com o jogo político que perpetua a especulação no município, criando possibilidades de participação dos grupos excluídos nos espaços de gestão, mostrando caminhos para a organização de um

planejamento urbano, além de desvelar as intencionalidades dos agentes produtores do espaço urbano, o que pode mobilizar a população a não aceitar de braços cruzados as suas estratégias.

3.4. O Jogo das Representações

As representações são construídas a partir da identificação das pessoas com o lugar. Essas representações não estão prontas e acabadas, ou seja, podem sofrer alterações no decorrer da história. Devem expressar as contradições, os agentes sociais produtores do espaço, o tempo e as transformações, traduzindo-se em um momento experienciado. Além disso, devem-se entender as representações do espaço como espaços concebidos ligados à razão instrumental, aos tecnocratas. A uma razão que se vê (ou menos se diz) isenta de ideologia, mas que na verdade é a fiel encarnação dela.

De acordo com Lefébvre (1976, p.46), o espaço é sempre uma representação carregada de ideologia, ou seja, por trás das representações há uma ideologia, há um emprego manipulador das representações frente à produção de necessidades; no caso estudado, os conjuntos habitacionais são signos de um cotidiano urbano, edificados a partir de uma construção em série formando representações que se traduzem em imagens, paisagens urbanas que enganam ludibriam, como é destacado por Ferreira (2011, p.91) ao relatar que:

muitas vezes o espaço produzido contribui mais para ocultar do que revelar. Isso porque, em geral, não desvela imediatamente o processo de sua produção (tal qual mercadoria). É necessário que investiguemos as inúmeras codificações sobre os quais se assenta o espaço produzido e como os agentes e atores que o produzem colaboram, simultaneamente, para ocultar sua decodificação.

Nesse sentido, as representações podem revelar o real, bloqueando ou gerando uma opacidade no que se refere à busca e à compreensão dos fenômenos. Além disso, ainda que o real no primeiro momento esteja obscuro, as representações possuem o poder de expor os fatos, e servem para expressar o que vem de dentro dos agentes produtores do espaço, como aponta Lefébvre (1981, p.20) ao mencionar que: “as representações vêm de dentro, contemporâneas da

constituição do sujeito, tanto na história de cada indivíduo como na gênese do indivíduo à escala social”.

Para Marx, as representações são produtos da mente humana, da divisão social do trabalho, sendo uma aparência reificada, porém as contribuições de Lefébvre são altamente oportunas, uma vez que ele propõe enxergar, por trás das representações, as coisas, os produtos, as obras e as relações, ajudando na compreensão de quem as produz, pois as representações sociais construídas variam de acordo com os interesses e a posição ocupada pelos diferentes agentes.

Partindo dessa premissa, a produção dos conjuntos habitacionais pode ser entendida como produto das práticas espaciais, que são um conjunto de ações localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, resultam de diversos projetos, sendo um instrumento poderoso de gestão do território. A concepção do espaço muriaeense foi fruto de uma multiplicidade de práticas espaciais realizadas por diferentes agentes sociais no decorrer da história. No entanto, torna-se necessário ver de outra maneira essas práticas espaciais, pois o espaço concebido através dessas práticas não é o que as pessoas (em sua maioria) querem, já que são as classes dominantes as ditadoras das representações no âmbito das práticas espaciais, que criam o espaço (concepção), por meio do poder de convencimento das elites.

A construção dos conjuntos habitacionais fazia parte desse projeto e contribuiu na produção do espaço, traduzindo-se em paisagens que estão em constantes transformações e vão ser reflexos das políticas urbanas e da atuação dos diferentes agentes sociais e de suas respectivas representações. Prova disso é a concepção do espaço muriaeense no plano diretor implantado em 2006, que buscou convergir os múltiplos interesses da população em busca do estabelecimento de um acordo expresso por meio de um plano urbanístico. A tônica agora foi a concepção de uma cidade, construída não mais apenas em um sítio desocupado, existente apenas na mente dos seus concebedores, mas onde se encontram as diversidades e as divergências. O planejamento urbano é requisitado para tentar pôr em “ordem a desordem”.

Porém, o que se pode observar é a manutenção de uma falta de continuidade no que diz respeito ao estabelecimento de políticas públicas no município. Da extinção do BNH ao ano de 2011, nota-se uma estagnação de políticas, sendo que, apenas no ano de 2011, os projetos do PAC 2 puderam fazer parte do município, perpetuando as mesmas práticas que outrora haviam se desencadeado, mostrando que o plano diretor vem ratificar as práticas espaciais elitistas e segregadoras que se dão no espaço.

Diante disso, constata-se que o espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade, ou seja, ele se constitui a partir das ideologias trabalhadas, em função de um objetivo estratégico. Associado ao poder das elites, ou seja, dos agentes sociais produtores do espaço urbano, o Estado interfere no processo de consolidação das representações, o que pode ser evidenciado nas palavras de Lefébvre (1981, p.60)

os dominados não têm mais remédio que aceitar as imagens impostas pelos dominantes e reproduzi-las interiorizando-as, não sem desviá-las segundo a força do protesto e endereçá-las contra quem as produzem. (...) as representações amplificam, desprezam, transpõem certas realidades. Formam parte de uma estratégia inconsciente. Nasceram como símbolos no imaginário e se fortalecem envolvendo correntes quase instituídas.

Os aparatos estatais podem exercer sim seu poder nas representações e justificá-las, e o estabelecimento das políticas urbanas habitacionais no município de Muriaé são prova desse poder, pois foram impostas para a manutenção da ordem social e aceitas de forma pacífica pela população; além disso, outras estratégias foram utilizadas como a cooptação e coerção. O Estado foi a base de sustentação do populismo durante o período da Guerra Fria e os conjuntos faziam parte da política de bem estar social, apresentando múltiplas empregabilidades, como intencionalidades eleitoreiras, a manutenção da ordem social frente ao déficit habitacional, além de criar condições de manutenção do processo capitalista, bem como de estímulo à especulação imobiliária por meio da venda e da compra de imóveis.

Os conjuntos habitacionais prontos foram oferecidos ou até mesmo impostos pelos grupos dominantes a grupos subalternos. A oferta ou a imposição não foi feita de maneira clara. Tem-se uma violência simbólica, fruto de uma

imposição arbitrária que se estabelece despercebidamente. Como produto, tais conjuntos constituem-se de imagens que são representações do jogo de poder entre os dominantes e os dominados, que expressam aparências, ilusões mantidas unicamente pela violência.

Mas quem percebe as representações, uma vez que a percepção está atrelada à classe social a que o indivíduo pertence? A percepção de algo já resulta de uma atividade prática, de um entendimento que resultará na compreensão de algum tipo de representação. Diante disso, surgem os seguintes questionamentos: como os conjuntos habitacionais e as casas de autoconstrução são vistos e percebidos pelos moradores? Há uma percepção diferenciada entre os moradores e os integrantes da associação de bairros?

De acordo com os resultados da pesquisa empírica, pôde-se constatar de forma geral que os moradores, integrantes ou não da associação de bairro, têm uma percepção clara dos equipamentos urbanos existentes ali, e especificaram de forma bastante nítida os equipamentos que eles julgavam desejáveis e que ainda não haviam sido implantados. Isso, de certa forma, mostrou-se como uma inquietação e insatisfação, uma vez que tais áreas apresentam menos infraestruturas se comparadas a áreas centrais. Pode-se dizer que as pessoas que vivem nessas áreas vivem menos o lugar, ou seja, não usufruem por completo o direito à cidade, percepção mais visível nas respostas dos integrantes da associação de bairro.

Observa-se uma perversa distribuição dos recursos urbanos, que direciona os investimentos públicos direta ou indiretamente para as camadas de alta renda. Tal realidade pode ser explicada nas palavras de Ferreira (2011, p.34) ao mencionar que: “o espaço torna-se cada vez mais o meio de reprodução das relações sociais, sendo hierarquizado, objeto de investimentos públicos e privados, reserva de valor ou mesmo deixado de lado ao acaso ou abandonado”, o que pode levar ao repúdio, bem como sua visualização apenas como reserva de mão-de-obra.

Outros pontos foram bastante enfáticos para a explicação da situação desses moradores dos conjuntos habitacionais e dos movimentos de autoconstrução

como, por exemplo, a localização dessas moradias, a utilização de transporte público coletivo, mais empregado entre os moradores dos movimentos de autoconstrução e dos conjuntos da COAHB, e numa proporção pouco significativa entre os moradores do BNH. A renda média salarial também é maior entre os moradores dos conjuntos habitacionais do BNH, em seguida da COAHB; menor renda mensal estaria entre os moradores da autoconstrução, o que vem mostrar a manutenção da realidade social em que eles foram construídos.

Quanto à segurança, as áreas mostraram uma certa variabilidade os conjuntos do BNH se mostraram vulneráveis à prática de roubo devido à sua localização geográfica; já os conjuntos habitacionais da COAHB mostraram-se vulneráveis ao tráfico de drogas, e os dos moradores do movimento de autoconstrução aos riscos de deslizamentos em determinadas áreas, bem como ao tráfico de drogas.

O resultado que mais trouxe inquietação foi em relação à satisfação desses moradores quanto à sua residência nessas áreas. Levantou-se a hipótese de que a maioria dos moradores responderia que estaria satisfeita, porém não foi isso que se constatou. Havia insatisfação em todos os programas analisados, tanto entre os moradores pertencentes à associação de bairro, como os não pertencentes a esse grupo.

Diante disso, foram elaboradas mais três questões para aplicação de uma pesquisa e aprofundamento dos dados obtidos no questionário. Sua satisfação em residir nesse bairro se modificou no decorrer dos anos? Como foi a sua participação na implantação dos equipamentos urbanos no seu bairro? Como tem sido sua atuação na busca de transformações desse espaço?

O que se constatou foi que a satisfação em residir naquela determinada área modificou-se com o tempo, e a representação dessas áreas passou a ser questionada, frente às diferenças de equipamentos urbanos das mesmas áreas em relação às áreas centrais. Boa parte dos moradores inqueridos demonstraram-se insatisfeitos com as condições de serem residentes desses conjuntos habitacionais, construindo uma imagem pessimista em relação à vulnerabilidade desses

conjuntos a roubos, tráfico, latrocínio, localização e ausência de equipamentos urbanos como relatado nas colocações abaixo:

sim, modificou-se; no início tinha uma visão diferente do bairro, porém com o passar do tempo, fui percebendo que os equipamentos implantados no bairro estavam aquém de outras áreas da cidade; além disso, a localização, a falta de segurança, foi gerando uma certa insatisfação. (morador x do Marambaia – integrante da associação de bairro)

Sim, pude perceber que o crescimento urbano desencadeou um aumento da falta de segurança e a localização do bairro é propícia a ocorrência de furtos. (morador y do João XXIII)

Tais colocações coadunam com o que é destacado por Ferreira (2011, p.42): “as pessoas constroem e representam os lugares, identificando-se com eles, mas tanto a construção, quanto a representação e a identificação com o lugar, mudam ao longo do tempo e estão sempre sendo postas em xeque”. A forma como a área vai ser tratada posteriormente pelo poder público implica mudança dessas representações e no grau de satisfação e desejo de morar ou não nessas áreas.

Os conjuntos habitacionais implantados são vistos, portanto, de forma diferenciada no decorrer do tempo. Seus moradores passaram a questionar a infraestrutura dessas áreas periféricas em relação às áreas centrais, visualizando um atraso (na instalação de fixos) que se traduz em uma espécie de esquecimento do poder público com relação à qualidade de vida nessas áreas.

A população tem conhecimento de sua situação, mostrando-se indignada para com as ações do poder público e isso se reflete no grau de insatisfação em permanecer residindo nessas áreas; mas há também um outro lado, uma acomodação própria dos grupos que não percebem que vivem em áreas segregadas e se sentem felizes em manter nelas sua residência. Embora haja, portanto, conhecimento da segregação e da parca infraestrutura, a participação dos moradores tem sido ativa para a transformação desses espaços? A resposta a esse questionamento deve ser analisada em dois momentos: quando da implantação de equipamentos urbanos no início do projeto e atualmente.

No que tange à participação dos moradores na implantação dos equipamentos urbanos na área no início do projeto de construção dos conjuntos, pode-se constatar que:

foi decisiva a nossa participação, não tinha asfalto, não tinha praça, não tinha quadra, e aos poucos juntos ao poder público conquistamos tudo. (morador V do Planalto)

a participação da população e a da associação de bairro foi muito importante para a instalação dos equipamentos urbanos no bairro. (morador T do BNH – integrante da associação de bairro)

A mobilização inicial dos moradores e a sua contínua participação, por meio, de instrumentos como abaixo-assinado, apresentação de reivindicações junto aos órgãos públicos foram decisivas na implantação dos equipamentos urbanos, imprescindíveis para que o poder público dotasse essas áreas de uma infraestrutura capaz de atender as necessidades mínimas dessas populações. Porém, se num primeiro momento aconteceu uma mobilização maciça, o que se presencia agora é um imobilismo por parte dos moradores. As respostas ao terceiro questionamento: Como tem sido sua atuação na busca de transformação desse espaço, evidenciam que a participação popular, bem como a participação dos integrantes dos movimentos da associação de bairro tem sido limitada, como se pode observar nas colocações abaixo:

a falta de tempo tem sido uma barreira muito grande para a nossa mobilização e cobrança junto aos integrantes da associação de bairros, a maioria dos moradores não sabe nem quem são os integrantes da associação. (morador R – Inconfidência)

há uma aproximação maior do poder público e da associação em períodos eleitorais, mas sempre estamos apresentando aos nossos pares as nossas reivindicações, porém sabemos que tais iniciativas são imprescindíveis para a transformação da nossa realidade. (morador Z – São Cristóvão – integrante da associação de bairro)

Os moradores, por meio de reivindicações (abaixo-assinado) e mobilizações junto aos pares representantes do poder público, tiveram uma atitude coesa no que diz respeito às primeiras mobilizações. No entanto, pelos depoimentos acima, percebeu-se que atualmente há uma forte desagregação e falta de união entre os

moradores e associação de bairro, bem como um imobilismo da associação frente a cobranças necessárias como melhorias de infraestrutura e segurança. Poder-se-ia dizer que, numa escala local, estaria ocorrendo uma banalização do espaço, como é destacado por Ferreira (2011, p.70): “muitas vezes, aqueles que deveriam ser os atores sociais da luta por mudanças, acabam por perceber e viver a partir da total naturalização de tudo, banalização da miséria, da desigualdade”.

Alguns grupos são levados a usar de estratagemas que acabam por legitimar os dominantes, o que é bem recorrente no caso da violência simbólica. Nos seus estudos, Schmädlebach (2010, p.34) recorre a Anjos (1998) e Bourdieu (2000) ao destacar que a prática da violência simbólica se dá quando a visão que um certo grupo tem sobre si passa, sistematicamente, a ser a visão que os dominantes de um certo espaço delegam.

Nesse caso, a violência simbólica se processaria por duas situações: os dominados (desunidos) optariam por assumir a identidade do dominante, sufocando a sua própria, ou ainda, o grupo dominado acabaria por agir e lutar de acordo com as regras estabelecidas pelos agentes dominantes, tendo em vista a manutenção do *status quo*. Conforme os depoimentos, colhidos nesta pesquisa, os dominados vivem hoje nessas áreas, desunidos. Perderam sua identidade, e suas ações e lutas convergem com as regras estabelecidas pelos dominantes o que contribui para a manutenção do estado de coisas. A violência simbólica é, pois, uma constante nos espaços observados, apresentando-se sob as duas formas relatadas.

No entanto, há também grupos que não aceitam a acomodação e estão sempre inquietos mostram potencialidade para a realização de movimentos promovam mudanças, procurando formas estratégicas de luta para romper com a realidade atual, como apontado por Ferreira (2011, p.70):

por outro lado, há também aqueles atores sociais que, a partir da indignação, procuram formas de lutar contra o estado de coisas atual; as estratégias de suas práticas espaciais são fundamentais, posto que percebem que a produção do espaço é também instrumento de reprodução das relações sociais.

São esses grupos que conseguem visualizar as estratégias das práticas sociais como produto das relações sociais, e apenas esses se aproximam da oportunidade de se romper com a realidade imposta e desmascarar as ideologias difundidas, uma vez que percebem as tensões entre os diversos agentes e atores que produzem o espaço urbano e, conhecendo, possuem instrumentos para uma reflexão crítica que pode levar a significativas transformações. Para Ferreira (2011, p.73),

os espaços de representação são construídos no cotidiano e que, por mais que os movimentos pareçam estar perdidos em um grande labirinto, é justamente na busca de tensões entre os diversos agentes e atores que produzem o espaço urbano, encontraremos o melhor caminho, não só para a análise dos conflitos sociais, mas também para a transformação do estado de coisas atual.

Tais grupos representam um perigo à classe dominante: eles têm esperança e veem além das ideologias. São representantes de um desejo de transformação político - social. De acordo com Lefévre (1981, p.68), “não se averigua como se disseminam as representações na vivência. Acaba-se por desejar a morte da vivência para extirpar a ideologia”, uma vez que se privilegia o espaço concebido ao vivido. Os dominantes, porém, estão cada vez mais cômicos das ilusões das representações, ilusões que podem se reduzir a ideologias, uma importante arma de atuação para os dominados.

A análise desses jogos de representações permite verificar que o espaço vivido é uma experiência contínua e por isso um campo de representações que nasce constantemente por meio das relações sociais, e que cabe aos indivíduos ver além das representações e transgredi-las de forma a desmascarar as ideologias, como é apontado por Lefévre (1981, p.99): “viver é representar, porém transgredir as representações”.

Assim, transgredindo as representações, será possível perceber a segregação, bem como identificar que a reprodução do espaço se dá por meio da definição dos lugares, qualificando-os como bons ou ruins a determinados grupos sociais, o que os impulsiona a questionar as representações impostas, com o objetivo da ampliação do direito à cidade.

Para Lefévre (2001, p.112), a ação da classe operária seria a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela. Apenas esta classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação.

Ao incluir nos espaços de discussões a participação da classe operária, Lefévre defende o pleno direito dos cidadãos à cidade: esta é vista como lugar da festa, do encontro, do gozo, envolvendo uma urbanização completa, com todas as possibilidades além de moradia e serviços. Nesse sentido, a lógica dos excluídos tem de ser ouvida, uma vez que tais grupos passam a pensar na plenitude, opondo-se à espoliação. Esse novo cenário só poderá ser alcançado com a participação popular nos processos de decisões na cidade.